



o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 211 / MAIO-JUNHO 2022 / WWW.STML.PT

PREÇO: 0,01€



DESTAQUES DESTE NÚMERO

- 3 **Cadernos Reivindicativos dos Espaços Verdes e Cemitérios**
- 4 **Referendo aos horários de trabalho na Rede de Bibliotecas**
- 10 **Exige-se à CML a actualização do Suplemento de Insalubridade e Penosidade!**
- 11 **Os trabalhadores da Higiene Urbana organizam-se e não baixam os braços**
- 12 **Pelas juntas de freguesia...**
- 17 **A proposta de OE/2022, não responde aos problemas dos trabalhadores**
- 18 **Pela valorização dos salários e reposição dos seus direitos!**



o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 211 – MAIO-JUNHO 2022

WWW.STML.PT

Director Vítor Reis

Corpo Redactorial Luís Dias, Carlos Silva, Henrique Bastos, José Oliveira, Paula Correia, Sandro Roque, Rita Correia e Tiago Lopes

Propriedade

Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML)

Administração e Redacção

Rua de São Lázaro, 66 – 1.º, 1150-333 LISBOA

Telefones 218 885 430/35

Periodicidade Bimestral

Distribuição Gratuita aos Sócios do Sindicato

Tiragem 4.000 exemplares

Preço de capa 0,01€

Número de Identificação Fiscal 500 850 194

Depósito Legal 17.274/87

PROTOCOLOS STML

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Escola Superior de Educação João de Deus

Grupo Lusófona

Instituto Superior de Educação e Ciências

Instituto Superior de Tecnologias Avançadas

Universidade Lusíada

BANCA E SEGUROS

Ponto Seguro, mediação de seguros

Millenium BCP

DS Seguros Seixal Santa Marta

TURISMO

Campiférias

FPalmela – Aldeamento Turístico de Palmela

Viagens Falcon

OUTROS

ANDST – Associação Nacional de Deficientes e Sinistrados do Trabalho

Cartão BP Plus

Escola de Condução ENAL

Lancaster College – Escola de Línguas

Mind Project

EDITORIAL

Com o brutal aumento da taxa de inflação e dos preços dos bens essenciais, crescem as dificuldades dos trabalhadores portugueses, que poderão ainda ser maiores, caso o Governo não arrepie caminho na sua cegueira política.

Somam-se os argumentos para justificar não dar resposta aos problemas de quem trabalha (“pandemia”, “crise energética”, “guerra”). Contudo, os grandes grupos económicos aumentam os seus lucros de forma exorbitante, para além dos benefícios que o Governo lhes concede em termos de IRC, de contrapartidas pelo aumento do salário mínimo nacional ou desobrigando-os das suas responsabilidades sociais (TSU). Dois pesos e duas medidas, e sempre os lucros acima de tudo, em detrimento do desenvolvimento económico e da melhoria das condições de vida dos portugueses.

O novo-velho Governo PS tem hoje mãos livres para mostrar a sua verdadeira face, tão velha como as cumplicidades que sempre abraçou. Ao seu lado, lá estarão os tradicionais partidos da direita, aos quais se somam as novas formações que das suas entranhas resultaram, de discurso antidemocrático e bafiento do “tempo da velha senhora”.

Mas se alguns nos oferecem pretensas inevitabilidades, como se nada houvesse a fazer em relação ao país que queremos e defendemos, a resposta, em contraponto, foi massiva e contundente, como se viu, ouviu e sentiu nas comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio. Milhares de homens e mulheres deixaram bem claro, nomeadamente em Lisboa, o que querem para a sua vida, no presente e para o futuro. Ninguém pode ignorar esta realidade de força, vitalidade e vontade!

Para os trabalhadores do “público”, a luta é também o caminho. A 20 de Maio, através da manifestação nacional convocada pela Frente Comum, que o STML integra. A 27 de Maio, na concentração promovida pela CGTP-IN junto à Assembleia da República. Exige-se a valorização e o aumento geral dos salários, a reposição de direitos e a revogação da legislação que (n)os ofende diariamente.

Na CML, a luta pela actualização do suplemento de insalubridade e penosidade poderá ganhar ânimo se o Executivo não responder às expectativas dos trabalhadores. Nos espaços verdes, nos cemitérios e na higiene urbana, concluem-se os respectivos cadernos reivindicativos, processos vários que deverão motivar os trabalhadores à luta pela resolução dos seus próprios problemas. Por outro lado, o Sindicato espera iniciar com os responsáveis da autarquia, o processo negocial sobre os horários de trabalho na Rede de Bibliotecas, além de avaliar com os trabalhadores do Arquivo Municipal de Lisboa (AML) os melhores caminhos à defesa da sua reivindicação histórica: um edifício único e digno!

Nas Juntas de Freguesia, a luta mantém-se firme em Belém, onde os trabalhadores não desarmam na sua vontade em obter um ACEP que lhes permita obter mais três dias de férias. Em Benfca, Campolide, São Domingos de Benfca e Parque das Nações, negocia-se, a ritmos próprios, a sua possível celebração. Em Santo António e Santa Maria de Belém, os trabalhadores concentraram-se à porta da sede da respetiva Junta, exigindo respeito pelos seus direitos. A luta é o caminho e vale sempre a pena!

Nas empresas municipais, o STML procura com os trabalhadores, seja da GEBALIS, EGEAC, SRU ou do MARL, dar força aos vários processos que procuram defender os seus interesses, como no caso da negociação de um Acordo de Empresa (AE), ou na luta pelo respeito do AE em vigor, mas também na valorização dos salários. Com todos contamos e só com todos é possível avançar!



Cadernos Reivindicativos dos Espaços Verdes e Cemitérios

A 5 de Maio, o STML realizou plenários em todos os cemitérios municipais, propondo construir com os trabalhadores o seu Caderno Reivindicativo. Muitos dos problemas identificados, há muito que são conhecidos, principalmente da parte da CML, destacando-se naturalmente a falta gritante de pessoal operacional, ou seja, de coveiros. Vive-se uma situação dramática nos cemitérios a apresentar 3 a 4 trabalhadores-coveiros, mais ou menos aptos (Ajuda, Prazeres ou Carnide) para todos os trabalhos implícitos a este serviço municipal. Questionar-se-á que pretenderá a CML para o futuro imediato dos seus sete cemitérios. Privatizá-los?

Enquanto se especula sobre o futuro, os trabalhadores e o seu Sindicato, organizam-se para a defesa dos seus direitos no presente, sabendo que só por esta via se defende também o serviço público que corporizam e os interesses mais amplos da população de Lisboa.

Também a actualização do suplemento de insalubridade e penosidade para os valores que a actual legislação determina, sem esquecer os retroactivos a Janeiro de 2021, está pendente por parte da CML. Matéria que se reivindica como direito inalienável.

Por último, como síntese, urge o investimento nesta área de actividade, com a contratação de mais trabalhadores, mas também na aquisição de meios materiais e mecânicos indispensáveis ao trabalho diário, para além da melhoria das condições de trabalho em termos do actual edificado, acrescentando ainda a necessidade regular de formação profissional (em meios mecânicos, mas não só) que permita aos trabalhadores optarem por formas de trabalho mais eficazes e, principalmente, menos penosas para a sua saúde e integridade física. Há muito que deixámos de viver no século XIX...

O STML decidirá em tempo oportuno com os trabalhadores a forma de entrega do seu Caderno Reivindicativo ao Presidente da CML. Mas só com o envolvimento e responsabilização de todos, trabalhadores e Sindicato, conseguimos levar a bom porto as nossas reivindicações.

A 11 de Maio, processo idêntico se verificou em todas as instalações dos Espaços Verdes, com a realização de inúmeros plenários e visitas objectivando debater com os trabalhadores-jardineiros a conclusão do seu Caderno Reivindicativo. Para fins de Maio-inícios de Junho, prevê-se uma concentração na Praça do Município, com o propósito de apresentar ao responsável máximo da autarquia os problemas e reivindicações dos trabalhadores.

Não podemos por um lado valorizar os jardins e espaços verdes da cidade, como condição indispensável a uma vida saudável e de qualidade para os seus habitantes e, por outro lado, esquecer e desvalorizar os profissionais do município que de facto garantem esses propósitos. Contudo, para que a cidade de Lisboa seja de facto uma cidade aprazível, verde e amiga do ambiente, deve ser acompanhada pelo investimento público coerente com essas premissas. Em síntese, é urgente contratar mais trabalhadores; apostar na formação revitalizando a Escola de Jardinagem (há muito esquecida pelos responsáveis da CML); melhorar condições de trabalho a nível das actuais instalações; adquirir e renovar os meios materiais e mecânicos, muitos em estado deplorável e ultrapassado, para não dizer já inoperacional; além de responder às expectativas dos jardineiros, garantindo-lhes equipamentos de protecção individual e fardamentos que respeitem todas as normas de saúde e segurança no trabalho.

Referendo aos horários de trabalho na Rede de Bibliotecas

Referendo na Rede de Bibliotecas Municipais a 4 de Maio de 2022

O STML realizou a 4 de Maio a auscultação aos trabalhadores da Rede de Bibliotecas sobre os seus horários de trabalho. Esta iniciativa, em formato de “referendo”, resultou das inúmeras críticas que ao longo dos últimos meses foram colocadas ao Sindicato.

Relembramos que a institucionalização, mais ou menos assumida na CML, do trabalho de segunda a sábado nas bibliotecas, foi e tem sido sinónimo de inúmeros constrangimentos para os trabalhadores, como as maiores dificuldades na conciliação entre a vida pessoal e familiar, com a vida profissional; dificuldade na marcação de férias ao sábado (visto que oficialmente não estão a trabalhar); (des)compensação pelo trabalho prestado em dia de descanso complementar semanal (sábado), que é ressarcido com uma folga antecipada à segunda-feira, ao invés de ser pago como tal; desequilíbrio no tempo de descanso, com semanas de três dias

de paragem (sábado/domingo/segunda-feira) e outras só com um dia (domingo); ou a obrigatoriedade no trabalho extraordinário quando o mesmo deveria revelar uma tendência facultativa.

Justificou-se neste sentido avançar com um “referendo”, de forma a perceber quais as bases reais para avançar com uma futura proposta de negociação com a autarquia. Deste modo, da votação de 4 de Maio obtiveram-se os resultados elencados na tabela abaixo.

Facilmente se pode concluir que uma maioria muito expressiva dos trabalhadores da Rede de Bibliotecas – 90,8% – defende a reintrodução do horário de trabalho de segunda a sexta-feira, com 7 horas diárias e 35 horas semanais. Com uma base perfeitamente legitimada e robusta, o STML irá agora debater com a CML o início de um processo negocial que vise corresponder às expectativas dos trabalhadores.

Biblioteca	N.º Total de Trabalhadores	N.º Votantes 4 Maio 2022	%	Opção A Manter horário	%	Opção B Alterar horário	%	Votos Nulos
Camões	11	8	72,7	1	12,5	7	87,5	0
Alcântara	15	13	86,7	2	15,4	11	84,6	0
Belém	8	7	87,5	1	14,3	6	85,7	0
Hemeroteca [c/SATT]	13	11	84,6	0	0,0	10	83,3	1
Orlando Ribeiro	12	12	100,0	0	0,0	12	100,0	0
Coruchéus	5	3	60,0	0	0,0	3	100,0	0
Marvila	18	10	55,6	0	0,0	10	100,0	0
Galveias	19	16	84,2	1	6,3	15	93,8	0
Penha de França	7	6	85,7	1	16,7	5	83,3	0
TOTAL	108	86	79,6	6	6,9	79	90,8	1

NOTAS: Os trabalhadores que não votaram, encontravam-se de férias, de baixa ou de serviço externo. Votaram todos os trabalhadores que se encontravam presentes nas instalações.

A 6 de Maio, o STML reúne com o Vereador responsável pelo Pelouro da Cultura

Nesta reunião, para além do Vereador Diogo Moura, marcaram também presença as chefes de divisão da Rede de Bibliotecas e do Arquivo Municipal. Dos assuntos debatidos, destacamos os seguintes.

Edifício Único para o Arquivo Municipal de Lisboa (AML)

Tratando-se de uma reivindicação antiga dos trabalhadores, que motivou inclusive uma greve em Novembro de 2019, o Sindicato solicitou um ponto de situação sobre o processo negocial iniciado pelo anterior Executivo que apontava o Convento de Chelas como a solução para as futuras instalações do AML. O Vereador afirmou que esta hipótese não está totalmente descartada, mas referiu estarem a ser estudadas soluções alternativas. A primeira poderá passar pela construção de raiz de um novo edifício, apontando uma segunda assente na possibilidade de reabilitar um edifício municipal, num processo em curso que envolve a Direcção Municipal do Património. Apontou o último trimestre deste ano para tornar público qual a solução definitiva, perspetivando o ano de 2023 para o início da respetiva execução.

Intervenções imediatas no AML localizado no Bairro da Liberdade

A par da solução definitiva para o AML, existem, contudo, problemas que exigem intervenção imediata. Face aos problemas há muito identificados, como as infiltrações que colocam em causa os materiais históricos acondicionados nas garagens que servem de depósito, assumiu o Vereador já existir orçamento e que em junho deverão avançar com as obras necessárias. Durante o mês de Maio irá a reunião de Câmara a votação de uma proposta de orçamento rectificativo, sendo possível a partir daí, concretizar esta intenção, há muito exigida por trabalhadores e Sindicato.

Transferência do SATT para as Torres do Alto da Eira

A Chefe de Divisão da Rede de Bibliotecas afirmou já ter havido uma visita às instalações do Alto da Eira com os trabalhadores do SATT. Acrescentou que a mudança definitiva só terá lugar depois de uma avaliação rigorosa por parte do DSHS, à qual se deverá associar o relatório sobre a qualidade do ar a cargo do Instituto Ricardo Jorge. O STML lembrou a importância de programar uma visita conjunta às futuras instalações do SATT, envolvendo novamente os próprios trabalhadores, mas também Sindicato e os Representantes dos Trabalhadores para a Saúde e Segurança no Trabalho (RdT's), de forma a identificar eventuais problemas e solucioná-los antes da mudança ocorrer efetivamente. Ideia bem aceite pelos responsáveis municipais. Para as Torres do Alto da Eira, concentrar-se-ão cerca de 30 trabalhadores, provenientes do SATT, da Biblioteca Itinerante, do Gabinete de Referência Cultural e do Grupo de Trabalho das Bibliotecas Escolares.

Biblioteca-Museu República e Resistência (BMRR)

O STML questionou sobre qual o futuro das instalações e do espólio da BMRR depois de este equipamento ter sido encerrado incompreensivelmente pelo anterior Executivo. Sem respostas taxativas, o Vereador afirmou estarem a equacionar uma nova utilização para o edifício localizado no Bairro do Rego, não revelando também qual o destino (espaço [s]), que poderá vir a albergar o respetivo espólio. O STML não deixará de continuar a acompanhar este processo, sabendo que a unicidade, o valor e o significado de carácter ímpar deste espólio, deverão em todas as suas dimensões ser consideradas e respeitadas.

Gabinete de Estudos Olisiponenses (GEO)

O STML entregou ao Vereador Diogo Moura o relatório produzido em 2020 sobre os problemas identificados pelo Sindicato, infelizmente ainda atuais, em termos de condições de trabalho e estado de conservação do Palácio Beau Séjour, edifício histórico onde está sediado o GEO. Também aborda a falta de trabalhadores nas três carreiras conhecidas. Conhecendo o teor deste relatório, referiu o Vereador já estar em marcha com a DMMC, o planeamento das intervenções que se exigem. A única e fundamental ressalva, será a disponibilização de verbas nesse sentido, uma vez mais dependente da votação do orçamento rectificativo durante este mês.

Rede de Bibliotecas

O STML referiu a urgência em reforçar o número de trabalhadores da Rede de Bibliotecas, como garante indispensável de um serviço público de qualidade, além de permitir respeitar os direitos dos atuais profissionais, destacando o direito à conciliação com a vida pessoal e familiar. Apontou-se igualmente a necessidade urgente de obras e melhorias em algumas instalações, destacando as Bibliotecas de Belém, da Orlando Ribeiro, de Camões e da Hemeroteca. Ficou o compromisso de agendar e concretizar uma reunião com as Chefias da Direcção Municipal da Cultura para debater as questões particulares de cada biblioteca em termos da melhoria das suas condições de trabalho.

Da parte da Chefe de Divisão foi sublinhado o reforço pelos 12 trabalhadores que entrarão pelos concursos externos (de assistente técnico [7 vagas] e técnico superior [5 vagas]), entretanto concluídos. Avaliam ainda com a DMRH o alargamento do número de vagas no mapa de pessoal da CML, considerando que este reforço não consegue resolver os actuais níveis de carência de pessoal. Sobre os problemas com o edifício e as condições de trabalho apontadas pelo Sindicato, referiu já estarem identificadas e orçamentadas, aguardando-se pela decisão em avançar com a sua execução por parte da Direcção Municipal de Manutenção e Conservação (DMMC). A excepção serão as obras na Biblioteca de Camões, da responsabilidade da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (enquanto proprietária do edifício), em vias de fechar a contratualização destas intervenções.

Sobre a situação particular da Hemeroteca, avaliam ainda com a Direcção Municipal do Património, uma solução para um novo espaço. O STML abordou também os problemas que se verificam com a Hemeroteca Digital, em risco de perder todo o seu conteúdo e anos de trabalho, garantindo a Chefe de Divisão que, a par com a DSI, esperam resolver a curto prazo este problema.

Horário de Trabalho na Rede de Bibliotecas

O STML informou o Vereador e os responsáveis municipais dos resultados do “referendo” sobre os horários de trabalho, onde 90,8% dos trabalhadores defenderam o horário de 2ª a 6ª feira. Não se pronunciando o Vereador sobre esta matéria, assumiu, porém, puder avaliar no seio do Executivo quais as condições objectivas que permitam ir de encontro às expectativas dos trabalhadores. Independentemente desta avaliação, o STML referiu que irá solicitar uma reunião à Direcção Municipal de Recursos Humanos (DMRH) e à Direcção Municipal da Cultura (DMC) propositando a abertura de um processo negocial sobre os horários de trabalho. Importa também, porque indissociável desta pretensão, garantir o investimento público, com particular enfoque, como supra-referido, na contratação de trabalhadores, mas também assegurando uma maior capacidade financeira às próprias bibliotecas face às actividades que realizam fora do horário normal de trabalho com as mais variadas populações-alvo, dimensões para as quais se devem garantir as verbas necessárias ao pagamento do trabalho suplementar.

PELAS EMPRESAS MUNICIPAIS

Foi com a luta dos trabalhadores e com a acção reivindicativa organizada a partir dos locais de trabalho que surgiu a contratação colectiva. Um direito fundamental dos trabalhadores, consagrado no artigo 56.º da Constituição da República Portuguesa. Um direito que agora está a ser posto em causa com a caducidade da contratação colectiva.

A contratação colectiva é um meio através do qual se impede a imposição unilateral da vontade do patrão e dos gestores nas relações do trabalho; que garante direitos acima dos que estão previstos na lei e que são os mais favoráveis para os trabalhadores. É por isso mesmo que ela tem sido alvo de ataques sistemáticos por parte das associações patronais e dos sucessivos governos, que apostam mais na individualização e na precarização das relações laborais. De facto, as revisões do Código do Trabalho, pelas mãos de governos do PS, PSD e CDS, só têm vindo a piorar o diploma em questão, dificultando o efectivo exercício do direito de negociação colectiva, ao mesmo tempo que abrem a porta à eliminação de direitos.



Gebalis



GEBALIS

O STML e STAL reuniram-se, pela primeira vez, com o novo Conselho de Administração (CA) da Gebalis a 25 de Janeiro, ficando a conhecer as suas intenções, bem como decisões consumadas em matéria de política salarial.

Os sindicatos criticaram a postura assumida, na medida em que ela ignora compromissos da administração anterior, negociados e consensualizados com os trabalhadores através das suas estruturas representativas. Como é o caso do aumento de 10€ relativo a 2021. Os trabalhadores, ao contrário dos administradores, não constroem a sua vida em função de ciclos eleitorais. Eles são, recorde-se, parte essencial na vida dum empresa municipal com mais de duas décadas de história e intervenção em Lisboa. Os compromissos devem ser respeitados, independentemente das pessoas que ocupam os lugares disponíveis circunstancialmente no CA. Como se sabe, os administradores passam e os trabalhadores ficam.

Sobre a decisão unilateral de aumento salarial para 2022 – sem qualquer negociação, portanto –, destacamos, pela negativa, a desvalorização do disposto no Acordo de Empresa (AE) em termos de negociação salarial anual por parte do CA. Numa altura em que a taxa de inflação sobe exponencialmente, aumentar o salário dos trabalhadores em 1% é completamente irrisório, em nada contribuindo para a salvaguarda do seu poder de compra.

Foi neste contexto que, a 24 de Março, se avançou com a convocação de um plenário geral de trabalhadores. Em consenso, decidiu-se realizar a divulgação de uma Resolução. Assim, este documento passou por todos os locais de trabalho, tendo sido assinado por 132 trabalhadores. Posteriormente, no dia 21 de Abril, os sindicatos e um grupo de trabalhadores entregaram na sede da empresa a Resolução aos três elementos do CA.

Na reunião que se seguiu, a 29 de Abril, com os responsáveis da Gebalis, ambos os sindicatos sublinharam a importância da valorização dos salários. Assunto ao qual damos prioridade máxima e que consideramos muito urgente. Os sindicatos enfatizaram, também, a necessidade de cumprir com o disposto no AE no que diz respeito à negociação salarial anual.

Na mesma reunião, fomos informados que a Gebalis já está a trabalhar na reorganização orgânica e funcional da empresa. Processo que deverá implicar, no âmbito do AE e consequente

negociação com os sindicatos, a revisão da actual Tabela Salarial. Uma via que permitirá, conforme nos foi dito, melhorar o rendimento dos trabalhadores. Apesar de valorizarmos esta intenção, só poderemos assumir uma posição quando tivermos conhecimento dos contornos concretos da reorganização em marcha. O CA informou igualmente que ela poderá estar concluída no próximo mês de Setembro, comprometendo-se a envolver os trabalhadores e sindicatos nas várias fases de reflexão e discussão.

Alertámos, por outro lado, para a necessidade de serem concluídos os anexos do AE sobre formação profissional, avaliação de desempenho e saúde e segurança no trabalho. A melhoria das condições de trabalho nos gabinetes de bairro também foi um tema abordado na reunião. O CA destacou aqui a situação na Alta de Lisboa, bem como as obras nos novos gabinetes do Vale de Alcântara e Padre Cruz. A procura de novas instalações para a sede da Gebalis foi ainda apontada como prioritária.

Havendo a necessidade de debater os vários assuntos com os trabalhadores, realizou-se novo plenário geral a 16 de Maio, onde ficou decidido, por maioria expressiva, avançar com uma concentração a 25 de Maio para a Praça do Município, à qual se seguirá uma intervenção na Reunião Pública de Câmara, onde se exigirá o pagamento por parte da empresa da dívida respeitante a 2021, na ordem dos 140€ por trabalhador, ou seja, 14 meses x 10€.

SRU

No passado dia 19 de Abril, o STML efectuou uma visita a todos os postos de trabalho da administração da Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU). Um dos objectivos foi estabelecer um contacto directo com os trabalhadores e verificar as suas condições de trabalho. Contudo, a principal meta da visita foi voltar a abordar a proposta de Acordo de Empresa.

Apercebemo-nos que, devido à entrada e saída de trabalhadores, alguns deles nem sequer conheciam a proposta submetida pelos sindicatos ao CA. Assim, prevê-se realizar a 27 de Maio, um plenário geral com os trabalhadores, onde procuraremos esclarecer as dúvidas existentes.

Recorde-se que o sindicato apresentou, pela primeira vez, a proposta de Acordo de Empresa da SRU, debatida e aprovada pe-

Actualmente, o patronato tem a liberdade de fazer caducar uma convenção colectiva se assim o entender. Basta, para isso, não negociar de facto ou, então, apresentar propostas aquém do estipulado na lei geral. São apenas dois exemplos das manipulações permitidas pela legislação em vigor aos empregadores, para impedir o princípio do direito legal e constitucional de negociação da contratação colectiva e consequente renovação.

A caducidade constitui um bloqueio generalizado da negociação colectiva. Quer seja na recusa, pura e simples, de negociação por parte das associações patronais, quer seja na chantagem sobre os sindicatos durante as negociações – ao serem recusados, designadamente, aumentos salariais se as organizações sindicais não aceitarem a redução de outros direitos. Impõe-se, pois, acabar com a norma da caducidade.

Mercado Abastecedor
da Região de Lisboa

los seus trabalhadores, em Dezembro de 2020. Todavia, as contingências da pandemia, associadas às sucessivas alterações na composição dos gestores da empresa, têm ajudado a atrasar todo o processo. Continuamos à espera que seja marcada a primeira reunião sobre o AE da SRU. Da nossa parte, vamos insistir para que se iniciem as negociações deste importante instrumento de contratação colectiva.

MARL

O Sindicato voltou a solicitar, em Maio, ao CA do MARL, o agendamento de nova reunião. Isto com o objectivo de dar continuidade ao processo negocial em torno do Acordo de Empresa. O impedimento para nos reunirmos, apontado até agora pelo próprio CA, já foi ultrapassado, uma vez que o novo Governo tomou posse no fim do mês de Março.

Foi-nos transmitido, na última reunião com os gestores públicos, que a sua intenção seria reunir primeiro com as tutelas das Finanças e da Economia para harmonizar a estratégia, tanto para o MARL, como para as restantes empresas do Grupo SIMAB, a empresa do Sector Empresarial do Estado que gere todos os mercados abastecedores do País.

O tempo, contudo, vai passando, sem que a vida de duas dezenas de profissionais melhore. Se o reforço dos recursos humanos já era um grave problema por resolver, agora junta-se-lhe a subida em flecha da taxa de inflação, fazendo com que os parcos aumentos salariais não tenham realmente contribuído para a salvaguarda do poder de compra dos trabalhadores.

O STML tem plena consciência de que, até à concretização do acordo, tem pela frente um processo negocial longo e difícil.

É por isso que estamos com os trabalhadores na sua determinação em conquistar o AE. Reforçamos a nossa mais firme vontade em colocar ao dispor de quem trabalha tão importante instrumento de regulação colectiva.

O documento, recorde-se, propõe a regulação de matérias como os horários de trabalho, a progressão na carreira ou o trabalho suplementar. Acresce ainda a proposta de criação de uma tabela salarial. Só assim serão assegurados os direitos, as garantias e liberdades dos trabalhadores.

EGEAC

Durante o mês de Março, realizaram-se 14 plenários de trabalhadores. Uma reunião por cada equipamento ou local de trabalho da EGEAC. Os participantes aprovaram uma proposta de 90€ de aumento para 2022, abrangendo todos os trabalhadores. A reivindicação foi feita chegar, entretanto, às mãos do CA da empresa.

Acontece que, até ao fecho desta publicação, ainda não obtivemos qualquer resposta à pretensão dos trabalhadores. A discussão ocorrida nos vários plenários deixou bem patente a convicção dos profissionais de que a Tabela Salarial não está a acompanhar o aumento do custo de vida. As reivindicações dos trabalhadores, ano após ano, têm sido sistematicamente defraudadas.

É importante salientar que a tutela (CML) cobriu todos os prejuízos da EGEAC nos anos da pandemia. Ou seja, seria mais do que justo e exequível que, este ano, o aumento salarial dos trabalhadores também traduzisse esse equilíbrio das contas da empresa. Contudo, os gestores públicos circunstanciais esquecem-se, muito facilmente, que durante a pandemia foram os trabalhadores que, efectivamente, mantiveram a EGEAC a funcionar. Muitas vezes às custas de um ainda maior esforço profissional e de um acrescido sacrifício pessoal e familiar.

Em Abril, ainda na sequência dos referidos plenários, o STML reuniu-se com o responsável dos recursos humanos da empresa. Na ordem de trabalho constaram problemáticas relacionadas com as escalas, o Portal RH, as plataformas fixas, os acordos de teletrabalho e as requalificações.

Sobre o novo sistema de escalas de trabalho, a reunião serviu para expor as preocupações dos trabalhadores, tendo ficado o STML de avançar com uma contraproposta. Apresentámos, por outro lado, uma proposta de horários para as plataformas fixas, visando uma maior flexibilidade. Reforçámos, ainda, a necessidade de que todos os trabalhadores com pedidos de regime de teletrabalho devem receber atempadamente o respectivo acordo. Quanto ao Portal RH, aplicação que gere os recursos humanos, alertámos que ele não tem respondido de forma eficiente, designadamente em relação ao pagamento dos feriados e subsídios de refeição, situação que será em breve corrigida, segundo a empresa.



STML reúne com Direcção Municipal de Higiene Urbana (DMHU)

A 12 de Maio, realizou-se a primeira reunião com os responsáveis hierárquicos da higiene urbana, onde muitas das questões que constam no Caderno Reivindicativo foram debatidas (excluindo as matérias de âmbito remuneratório que dependem de decisão política e cabem, portanto, ao Executivo presidido por Carlos Moedas). Contudo, se alguns problemas parecem estar em vias de resolução, como a abertura do refeitório dos Olivais no período nocturno, outros mereceram alguma desvalorização e até negação por parte dos chefes máximos da DMHU. Relembramos os assuntos discutidos e as informações e esclarecimentos obtidos.

Abertura dos Refeitórios e dos Bares (período nocturno)

O Sindicato sublinhou novamente a urgência em permitir aos trabalhadores do COR o acesso ao refeitório dos Olivais 2, principalmente no período nocturno, não deixando de acrescentar que os cantoneiros do período da tarde (do horário 13h-19h) também reivindicam o mesmo. Foi assumido pela DMHU e pela DMRH que até fins deste mês, as instalações do refeitório estarão a funcionar, indo assim de encontro ao exigido pelos trabalhadores.

Acabar com os “Castigos”

O STML descreveu vários episódios que revelam a prática informal do “castigo”, prejudicando os trabalhadores através da não realização de trabalho suplementar; ameaça de retirar o suplemento de insalubridade e penosidade; ou atribuição sistemática de circuitos demasiados pesados, negando qualquer rotatividade.

Respeito pela Lei e pela Saúde e Segurança no Trabalho

Face a vários casos comunicados ao Sindicato sobre equipas de remoção constituídas com apenas dois elementos, o STML sublinhou

que esta situação, mesmo a título excepcional, não pode, de maneira alguma, acontecer. A equipa de remoção deve ter, pelo menos, três trabalhadores: um condutor e dois cantoneiros, posição com a qual a DMHU concorda, comprometendo-se a dar orientações claras neste sentido, de forma a pôr cobro a exemplos que colocam a saúde e a integridade física dos trabalhadores em risco elevado.

Por outro lado, foram também reportados os casos de trabalhadores que são “convidados” a fazer dois horários de trabalho seguidos (período da manhã e depois período da tarde). Trata-se de uma situação que, para além da sua ilegalidade, sobrecarrega naturalmente os trabalhadores, aumentando as probabilidades de virem a contrair problemas físicos e de saúde muito graves, no limite, incapacitando-os a curto-médio prazo para as funções de cantoneiro. A DMHU referiu desconhecer esta situação, prontificando-se a corrigi-la quanto antes.

Reforço de Pessoal

Assumiu a CML que esperam concluir em breve os concursos de admissão de pessoal para este sector, prevendo-se para Julho a entrada de facto de mais 100 cantoneiros e 30 condutores de máquinas pesadas e veículos especiais. Contudo, acrescentam que alguns dos trabalhadores concorrentes aos concursos (cerca de 40 cantoneiros e 10 a 16 condutores), entrarão no imediato ao serviço através da celebração de contratos de prestação de serviços, celebrando no momento da conclusão do concurso o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Circuitos de Remoção

O STML há muito que defende a necessidade de reconfigurar e corrigir de forma ágil os circuitos que se mostrem demasiados morosos e/ou penosos, disponibilizando-se nesse sentido a fazer parte deste processo, envolvendo, não apenas o Sindicato, mas



os próprios trabalhadores que todos os dias e todas as noites são confrontados com estes problemas. A DMHU/DHU afirmou ter refeito o seu grupo de trabalho, neste momento constituído por 8 técnicos. Contudo, não excluem as sinergias que possam ser construídas no propósito de criar circuitos mais equilibrados e, principalmente, podê-los alterar sempre que necessário, face a uma cidade sempre dinâmica e por vezes imprevisível.

A par destes trabalhos, que se querem mais eficazes, a DMHU afirmou estar empenhada em aumentar a sensibilização e fiscalização junto de comerciantes e munícipes, de forma a cumprirem com as regras estabelecidas em termos do depósito, dias e horários para os diferentes tipos de lixo.

Recolha em Espaços Privados e Parques de Estacionamento Subterrâneos

O STML relembrou o compromisso da CML em acabar com a prática da recolha em espaços privados, sinónimo de ilegalidade, face ao disposto no Regulamento Municipal em vigor desde 2019. Afirmaram os responsáveis da higiene urbana que estes trabalhos acabaram no último dia do mês de Abril. Interessa agora verificar e confirmar no “terreno” se as chefias intermédias cumprem com as orientações dos seus superiores hierárquicos.

Condições de Trabalho

O Sindicato alertou para um conjunto de problemas nas instalações da higiene urbana, acrescentando que as mesmas serão devidamente enumeradas no Caderno Reivindicativo dos trabalhadores deste sector que será debatido com os próprios e encerrado nos próximos plenários dos dias 17 e 18 deste mês. Contudo, alguns casos mereceram desde já uma chamada de atenção, nomeadamente das instalações da Boavista (balneários e casas-de-banho), do COR (chuveiros e torneiras), NOR e Vazadouros,

destacando neste último exemplo, o do Parque Expo, Monsanto e Boavista. A DMHU referiu estar a elencar estas situações, estando em conversações com o Executivo para avançar com as intervenções e melhorias mais urgentes.

Mapa de Feriados 2022

O STML questionou a DMHU do porquê de ainda não estar afixada em todas as instalações o Mapa de Trabalho aos feriados deste ano. Independentemente da Direcção Municipal concordar ou não com a posição transmitida formalmente em Março pelo Sindicato, deve contudo informar com antecedência os trabalhadores sobre como será organizado o trabalho nos dias-feriados deste ano, evitando assim repetir situações como as que se verificaram no feriado de sexta-feira santa (Páscoa).

Actualização do Suplemento de Insalubridade e Penosidade

O relatório técnico que enquadra as profissões determinadas por lei em termos do seu grau de insalubridade e penosidade, foi enviado pelo DMRH ao STML a 4 de Maio, tendo o Sindicato emitido o seu parecer a 13 de Maio, a par com um pedido de reunião urgente ao Presidente da CML. O relatório desqualifica a profissão de cantoneiro, não apontando nível máximo do suplemento, conclusão que mereceu a contestação do STML. Contudo, porque esta matéria terá que ser decidida definitivamente pelo poder político da autarquia, o Sindicato deixa bem claro que, o que se exige, é a sua actualização para os novos valores que a lei determina, além de considerar os retroactivos a Janeiro de 2021. Caberá aos trabalhadores defenderem os seus interesses e direitos com as armas que têm à sua disposição, neste caso recorrendo à greve caso o Executivo municipal opte por os desvalorizar. Com os trabalhadores, estará o STML!

Exige-se à CML a actualização do Suplemento de Insalubridade e Penosidade!



O agora denominado **Suplemento de Insalubridade e Penosidade**, foi finalmente regulamentado, primeiro na **Lei 75-B/2020 de 31 de Dezembro (Orçamento do Estado/2021)** e de forma definitiva através do **Decreto-Lei nº 93/2021 de 9 de Novembro**.

Embora seja um avanço, surge com um atraso de mais de 20 anos. Mas acima de tudo, é preciso referir as insuficiências desta legislação, principalmente para o universo laboral que o STML acompanha, nomeadamente da Câmara Municipal de Lisboa (CML).

Desde logo, desaparece o conceito do “risco” inerente às diversas profissões que reconhecidamente o contêm. Por outro lado, a limitação à Administração Local, deixando de fora profissões na Administração Central e Regional que justificam este suplemento. Apenas contempla a carreira de Assistente Operacional, limitado às áreas de atividade da Higiene Urbana, Saneamento, Cemitérios, Tratadores Apanhadores de Animais e Asfaltadores de Vias. Deste modo, ficam de fora um leque de profissões que decididamente deveriam ser abrangidas.

Por último, os valores considerados ficaram nitidamente aquém do que seria justo e necessário. Sublinha-se que a última actualização deste suplemento na CML remonta ao ano de 2009, só possível depois da realização de dois dias de greve, neste caso pelos trabalhadores da higiene e limpeza urbana.

Na CML, onde o suplemento de insalubridade, penosidade e risco existe desde o final dos anos oitenta do século passado, conquistado pela luta intensa dos trabalhadores dos sectores operacionais, os valores do novo suplemento – 4,99€/nível máximo ou 15% do vencimento; 4,09€/nível médio; e 3,36€/nível baixo –, ainda não foram aplicados.

A elaboração de um “relatório” da responsabilidade do Departamento de Saúde Higiene e Segurança (DSHS), que realmente a lei requer, só agora chegou ao conhecimento do Sindicato, quase com um ano e meio de atraso.

Apesar de ser um documento exclusivamente técnico, contém indicações, como a desclassificação de algumas actividades da Higiene Urbana, para o nível médio, o que é de todo incompreensível. Não aceitamos a desvalorização desta importante actividade e muito menos dos respectivos trabalhadores.

Cabe agora ao Executivo da CML avançar com a decisão política dos valores a aplicar. Neste sentido, a 13 de Maio, o Sindicato solicitou uma reunião com carácter de urgência ao Presidente da autarquia propositando questionar o Executivo sobre esta matéria.

Os trabalhadores e o STML exigem a actualização deste suplemento para os valores previstos na actual legislação, com efeitos retroactivos a 1 de Janeiro de 2021. Uma reivindicação pela qual não abriremos mão!



Reunião com a CML a 19 de Maio

Como foi esclarecido nos plenários bastante participados realizados pelo STML nos dias 17 e 18 de Maio, há demasiado tempo que o Sindicato exige à CML a actualização do suplemento de insalubridade e penosidade.

Em inícios de Maio, como supra-referido, a Direcção Municipal de Recursos Humanos (DMRH) enviou para o Sindicato o 'relatório técnico' produzido pelo DSHS sobre as condições de insalubridade e penosidade que caracterizam o trabalho dos vários sectores de actividade, e respectivas profissões, que estão integrados na actual legislação sobre este suplemento. Como nota negativa, a desqualificação da categoria de cantoneiro.

A 13 de Maio, o STML fez chegar à DMRH o seu parecer sobre o referido 'relatório técnico', criticando os seus conteúdos. Simultaneamente solicitou ao Executivo municipal uma reunião de carácter urgente para debater este assunto.

A 17 de Maio, a CML agendou a reunião solicitada pelo STML para 19 de Maio. Neste dia, na presença do Vice-Presidente da autarquia, também da Direcção Municipal de Recursos Humanos (DMRH) e do Departamento de Higiene e Segurança no Trabalho (DSHS), o Sindicato criticou uma vez mais os conteúdos do 'relatório técnico' e apresentou as reivindicações dos trabalhadores sobre este suplemento.

Da parte do Vice-Presidente observou-se receptividade às posições do Sindicato. Todavia, esta matéria teria que ser alvo ainda de debate com o Presidente Carlos Moedas, tendo depois de ser votada em Reunião de Câmara. Ficou assim assumido pelo Vice-Presidente, que nos próximos dias será transmitida ao STML uma posição final sobre este assunto.

O STML sublinhou igualmente que, caso a CML não satisfizesse as pretensões dos trabalhadores, teria que lidar com uma luta em junho, através da realização de uma greve durante a semana dos santos populares.

Estando programado para 25 de Maio uma concentração na Praça do Município para a entrega do Caderno Reivindicativo dos trabalhadores das Higiene Urbana, caso a CML não tiver informado o STML da sua posição definitiva, como acordado com os trabalhadores nos plenários realizados, anunciar-se-á a luta para Junho que procura reforçar a justeza e principalmente a determinação em obter respostas às suas reivindicações.

Os trabalhadores da Higiene Urbana organizam-se e não baixam os braços na defesa dos seus direitos!

Durante o mês de Abril, o STML realizou uma primeira ronda de plenários em todos os locais de trabalho da limpeza e higiene urbana da CML. A participação dos trabalhadores foi evidente e massiva. Ao fim de dois anos e meio sem reuniões sindicais pelo motivo conhecido da pandemia, é ainda mais significativo o envolvimento observado, revelador de uma enorme responsabilidade e consciência.

Nesta primeira ronda de plenários, muitos foram os problemas apontados pelos trabalhadores, alguns agravados nestes primeiros meses do ano face a postura do novo poder político e hierárquico recém-chegado à Câmara de Lisboa.

A título de exemplo, a forma como em inícios de Abril a CML, e a Direcção Municipal de Higiene Urbana (DMHU) em particular, decidiu o regresso à normalidade, subentendendo-se, o regresso aos horários de trabalho praticados até Março de 2020 (antes da pandemia). Por terra ficou o compromisso assumido com o STML, a 7 de Abril em reunião nos Paços do Concelho, que apontava um regresso faseado e equilibrado às rotinas normais de trabalho, sabendo que os dois anos de pandemia conduziram à criação de novas dinâmicas pessoais e familiares que deveriam ser consideradas agora com alguma sensibilidade. A DMHU decidiu, de um dia para o outro, ignorar e desvalorizar, quer as expectativas dos trabalhadores, quer os compromissos com o Sindicato, o que é lamentável. Contudo, à margem destas posturas que nesta fase apenas se registam, desde Fevereiro que o STML tem vindo a trabalhar no Caderno Reivindicativo do sector, primeiro com os Dirigentes e Delegados sindicais, depois auscultando e registando as matérias que os trabalhadores acrescentaram nos plenários realizados em Abril.

Na segunda ronda de plenários, realizados a 17 e 18 de Maio, concluiu-se o Caderno, perspectivando-se a sua entrega ao Presidente da CML para 25 de Maio, com concentração na Praça do Município no período da manhã. No momento em que escrevemos este artigo, está ainda em avaliação com os trabalhadores do período nocturno as formas concretas para o seu envolvimento, que poderá passar por uma eventual vigília entre as 23h00 e as 24h00 na noite de 24 para 25 de Maio, também na Praça do Município.

Das reivindicações que revelam uma importância maior, destaca-se, por exemplo:

- A actualização do suplemento de insalubridade e penosidade como a legislação actual determina, considerando ainda os retroactivos a Janeiro de 2021;
- Pagamento do suplemento de insalubridade no período de férias, com retroactivos a Janeiro de 2021;
- Uniformização da atribuição do descanso compensatório pelo trabalho aos dias-feriado;
- Término da prática que assume "castigos informais", como a impossibilidade de realizar trabalho suplementar; não atribuir o suplemento de insalubridade e penosidade; ou atribuir indeterminadamente circuitos pesados, morosos e mais penosos;
- Elaboração de escalas que respeitem na íntegra as regras de equidade, justiça e transparência.



Junta de Freguesia de Belém



Junta de Santo António



Junta de Santa Maria Maior

BELÉM

Na reunião realizada a 25 de Março entre o STML e o Executivo da freguesia, só possível depois da luta determinada dos trabalhadores-cantoneiros, sublinhando a manifestação até à sede da Junta no dia 9 desse mesmo mês, foi possível constatar uma intransigência incompreensível da parte do Presidente da Junta em iniciar um processo negocial com o Sindicato propondo a celebração de um Acordo Colectivo de Empregador Público (ACEP), negando e desvalorizando os direitos e expectativas dos trabalhadores. Relembramos que há muito se luta pela majoração dos dias de férias, através da atribuição de mais três dias com avaliação positiva (através do SIADAP). Perante esta teimosia difícil de explicar do actual responsável político de Belém, decidiram os trabalhadores em plenário realizado a 6 de Abril, avançar com a denúncia pública, nomeadamente através da colagem de cartazes pela freguesia, onde se exige o respeito e cumprimento do direito à negociação. A luta não irá parar, até que a responsabilidade e a seriedade se imponham, sinónimo de respeito pelas legítimas e justas reivindicações dos trabalhadores-cantoneiros. Com eles, avançará também o Sindicato. Unidos, organizados e com confiança!

BENFICA E CAMPOLIDE

Desde o início do ano, que o STML espera uma data para finalizar o processo de celebração de um novo ACEP com os Presidentes destas duas juntas de freguesia. Dando por terminado o processo negocial e reconhecendo termos chegado a consenso, falta

agora apenas a formalidade da sua assinatura. Os trabalhadores há muito que aguardam pela obtenção de mais direitos, concretamente a majoração de mais três dias de férias.

Destacar em Campolide, concretamente nas instalações da Serafina, a eleição a 10 de Maio de um novo Delegado Sindical que será agora o Dirigente Local do STML. Com maior capacidade de organização sindical, melhor serão defendidos os direitos dos trabalhadores.

Por outro lado, na freguesia de Benfica em especial, agrava-se a situação dos trabalhadores com vínculos precários, muitas vezes chamados a realizar trabalho muito para além das 35 horas semanais sem, porém, terem a devida compensação financeira. As contas não se pagam com "dias de folga", como todos sabemos. Para além de não terem os mesmos direitos dos trabalhadores "do quadro", em termos de suplementos, dias de descanso, protecção em caso de acidentes de trabalho, férias e muito mais, há muito que aguardam a conclusão das promessas que lhes foram feitas. O concurso aberto em 2020 (?), mais se assemelha às 'obras de santa Engrácia', nunca mais se vislumbrando a sua conclusão. Urge igualmente, dar início a um novo concurso para a regularização da situação laboral dos trabalhadores que entraram a recibos-verdes nos últimos meses. É este universo muito considerável de trabalhadores com vínculos precários que de facto garantem, é certo com os mais velhos e com vínculo estável, a limpeza da freguesia e a salubridade e saúde pública dos seus habitantes. Também nesta freguesia, se evidencia uma ausência de manutenção dos meios materiais e mecânicos que são indispensáveis ao trabalho diário. Por todos estes motivos, o STML já solicitou uma reunião urgente ao Presidente da Junta.

PARQUE DAS NAÇÕES

A 23 de Março, STML reuniu com o Presidente Carlos Ardisson e o Vogal Afonso Costa. Dos assuntos debatidos, sublinhamos a disponibilidade em renegociar um novo ACEP, permitindo a atribuição aos trabalhadores mais 3 dias de férias através de avaliação positiva. Esperamos em breve finalizar positivamente este processo. Por outro lado, sobre a contagem do tempo prestado através de contratos de prestação de serviço dos trabalhadores integrados pelo PREVPAP, o Presidente comprometeu-se a resolver este assunto. Para Setembro, espera a Junta abrir os concursos necessários à regularização dos trabalhadores que, apesar de ocuparem um posto de trabalho de carácter permanente, têm um vínculo precário. O objectivo passa obviamente pela integração de todos os trabalhadores nesta situação no mapa de pessoal da Junta. Contudo, sobre o caso concreto dos trabalhadores dos CAF/Escolas, o Executivo admitiu a existência de trabalhadores a recibos-verdes nestes equipamentos, referindo que a natureza das funções que desempenham justifica o actual enquadramento contratual. Para o STML, esta é uma posição com a qual discordamos totalmente! O Sindicato defende a regularização da situação laboral de todos os trabalhadores que ocupam um posto de trabalho permanente e indispensável.

LUMIAR

A 28 de Março o STML reuniu com o Presidente Ricardo Mexia e com a Vogal Carla Sequeira. Dos vários assuntos debatidos, ficámos a saber que a junta contratou uma empresa externa para regularizar todos os processos relativos a avaliação de desempenho em atraso, nomeadamente dos biénios de 2017/2018 e 2019/2020. Existem 56 trabalhadores em condições de ver o seu processo finalizado com subida de posição remuneratória. No que diz respeito ao biénio 2021/2022, o mesmo terá sido concluído durante o mês de Abril. O novo ciclo avaliativo de 2023/2024 será iniciado respeitando os prazos determinados pelo próprio SIADAP.

Por outro lado, o Presidente da Junta tinha apontado o final do mês de Abril para a conclusão da nova instalação da higiene urbana, em Telheiras. Contudo, das promessas à realidade, há sempre uma distância considerável. As obras ainda decorrem no momento em que escrevemos este artigo, desconhecendo-se para quando o seu término. No que diz respeito aos fardamentos e EPI's, foi distribuído novo fardamento a todos os trabalhadores. Igualmente ultrapassado foi o problema com o fornecimento de botas.

Por último, o Executivo informou da abertura de um concurso de ingresso para a carreira de assistente operacional na função de cantoneiro de limpeza. Este concurso prevê a ocupação de 10 vagas, e tem reserva de recrutamento. Prevê-se deste modo, a regularização dos 23 trabalhadores que, apesar de ocuparem um posto de trabalho de carácter permanente têm, porém, um vínculo precário. O STML aguarda que outros concursos sejam abertos propondo regularizar outras tantas situações de precariedade existentes na freguesia, como na área da educação.

SANTO ANTÓNIO E SANTA MARIA MAIOR

A 4 de Abril os trabalhadores-cantoneiros da freguesia de Santo António concentraram-se à porta da sede da Junta exigindo respostas a um conjunto de problemas que há muito se arrastavam. Da falta de pessoal a níveis inéditos, às péssimas condições das suas instalações (no Mercado do Rato e Restauradores), à actualização do suplemento de insalubridade e penosidade, ao

impasse na conclusão da avaliação e respectivas progressões, à falta na atribuição dos dias de férias via avaliação ou ao mau serviço prestado pela empresa contratualizada pela Junta na área da medicina do trabalho. Com uma presença maioritária deste sector na iniciativa, uma delegação de trabalhadores e do STML foi recebida pelo Presidente da Junta que se comprometeu a solucionar a curto prazo o problema da avaliação de desempenho e das progressões, referindo ainda que se procura com a CML uma solução para as instalações, avaliando no momento uma solução provisória enquanto não se alcança uma resposta mais definitiva. Por outro lado, afirmou retomar em breve as consultas de medicina preventiva, estando para breve a conclusão do concurso para contratação de pessoal, prevendo-se a entrada de seis cantoneiros. Por último, estudavam as capacidades financeiras para proceder à actualização do suplemento de insalubridade e penosidade como a lei determina. O Sindicato, com a força que só os trabalhadores lhe podem dar, não deixará de continuar a exigir respostas e respeito às expectativas e aos direitos dos cantoneiros de Santo António. A luta continuará seguramente!

Em Santa Maria Maior, processo idêntico teve lugar no dia 19 de Abril. À porta da sede da Junta, na Rua da Madalena, trabalhadores e Sindicato exigiram respostas à falta de pessoal, às más condições nos actuais postos de limpeza, mas também à actualização do suplemento de insalubridade e penosidade, acrescentando a reivindicação do pagamento dos suplementos de carácter permanente no período de férias. Sobre estas duas últimas reivindicações, na reunião com o STML a 22 de Fevereiro, o Presidente da Junta afirmou que em 15 dias daria uma resposta. Contudo, passados quase dois meses, os trabalhadores cansaram-se de esperar. A iniciativa de 19 de Abril denunciou isso mesmo, isto é, a falta de consideração pelos seus direitos e expectativas. Uma delegação foi recebida pela responsável dos recursos humanos que afirmou ter sido dada uma resposta por correio (via CTT) às pretensões do STML... E assim se verificou. Nas instalações do Sindicato tinha sido rececionada nesse mesmo dia, uma carta enviada por correio normal pela Junta que aceitava o pagamento em período de férias dos suplementos de carácter permanente, o que não podemos deixar de valorizar. Porém, nada mais acrescentava sobre a actualização do suplemento de insalubridade e penosidade, facto que motivou novo pedido de esclarecimentos por parte do Sindicato. Uma coisa é certa, nem o STML e muito menos os trabalhadores irão esperar indefinidamente pelo cumprimento da lei no que diz respeito à actualização deste suplemento. A luta ergue-se ao virar da esquina.

OLIVAIS

Face a um conjunto de problemas que têm suscitado inúmeras reclamações por parte dos trabalhadores-cantoneiros desta freguesia, concretamente do Posto de Limpeza dos Olivais Norte, foi aprovada uma resolução no plenário realizado a 29 de Abril onde se exige à Presidente da freguesia o agendamento de uma reunião de carácter urgente para avaliar soluções a duas questões, nomeadamente, sobre o estado lastimável das actuais instalações e sobre o estacionamento (face à entrada da EMEL nesta zona da freguesia). Os trabalhadores não irão esperar sentados por tempo indeterminado, sabendo que o próximo passo desta luta poderá passar por uma concentração à porta da sede da Junta.

Por último, referir que o STML solicitou durante este mês de Maio reuniões aos Executivos do Areeiro, Campo de Ourique e Ajuda, procurando debater e encontrar respostas aos anseios dos respectivos trabalhadores.



COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL

No mês de Abril, participámos em diversas acções colectivas de homenagem à Revolução dos Cravos, que revestiram uma especial importância para quem, como nós, viveu ainda nos anos negros do fascismo. Feliz foi a recuperação do carácter aberto e massivo destas comemorações, após dois anos de pandemia e limitações à liberdade.

A Inter-Reformados de Lisboa retomou a sua tradicional jornada comemorativa do 25 de Abril. Desta vez foi em Santiago do Cacém, a 23 de Abril, e decorreu sob o lema “48 anos do derrube do fascismo, 48 anos em liberdade”. Com um programa variado que incluiu debate, cultura e, não menos importante, o regresso ao convívio entre reformados dos sindicatos da região de Lisboa. Pelo STML, estiveram presentes 18 reformados.

A iniciativa teve o apoio da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, cujo Presidente, Álvaro Beijinha, participou na sessão que decorreu no auditório António Chainho. Contámos com um convidado especial, Manuel Candeias, ex-presos político, sindicalista fundador da Intersindical e dirigente da União de Resistentes Antifascistas Portugueses, que fez uma intervenção sobre o tema da jornada. O momento musical, muito aplaudido, esteve a cargo do grupo de guitarras da Escola Municipal de Música.

Seguiu-se o almoço no Parque de Feiras e Exposições, sendo a tarde dedicada à cultura: visitas guiadas ao Museu Municipal e às ruínas de Miróbriga e percurso do poeta Manuel da Fonseca. Terminámos com um passeio até à belíssima lagoa de Santo André.

No dia 25 de Abril, depois do almoço de aniversário do STML, desfilámos na Avenida da Liberdade na grande manifestação popular comemorativa da Revolução dos Cravos. Foi um regresso à expressão pública do apoio do povo de Lisboa a esse momento inesquecível da nossa história, reafirmando a democracia, a justiça social, a paz e todos os valores de Abril. Pela massiva presença da juventude, ficamos certos de que a liberdade tem futuro.

1º DE MAIO

Por todo o lado, do Martim Moniz à Alameda, foi bem visível a presença dos reformados. Desfilámos com o nosso sindicato, exigindo a valorização dos salários e das pensões, fazendo nossas as justas reivindicações da CGTP-IN.

INTER-REFORMADOS/CGTP-IN E MURPI

Mais de dois mil reformados, pensionistas e idosos participaram, no dia 10 de Maio, na Acção Nacional de Luta pelo Aumento Real das Reformas e Salários, promovida pela IR e MURPI, realizada em Lisboa, Porto, Évora, Faro e Coimbra.

Na capital, a concentração realizou-se no Campo Pequeno, de onde partimos em desfile até ao Instituto da Segurança Social, durante o qual foram gritadas palavras de ordem como «Melhores salários, melhores pensões», «Ser reformado é um direito, exigimos mais respeito», «O custo de vida aumenta, os reformados não aguentam», «Parar a guerra, defender a paz».

No final foi aprovada uma resolução dirigida à ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e aos deputados da Assembleia da República, contendo as nossas reivindicações, de que destacamos:

Travar o aumento acelerado dos preços dos bens e serviços essenciais, através da regulação que impeça a subida dos combustíveis e da energia, reduzir o IVA para seis por cento, alargar o acesso à tarifa regulada na eletricidade; proceder a um aumento real dos salários e das pensões para repor o poder de compra perdido; promover e reforçar o funcionamento dos serviços públicos, a habitação social, os transportes públicos.

Pelas áreas técnicas e administrativas do município...



Frente Comum entrega abaixo-assinado sobre a ADSE ao Governo

Cerca de uma centena de dirigentes, delegados e activistas de vários sindicatos da Frente Comum, concentraram-se junto à Secretaria de Estado da Administração Pública, no passado dia 13 de Abril, onde procederam à entrega dum abaixo-assinado sobre a ADSE.

“Por uma ADSE pública ao serviço dos trabalhadores e aposentados da Administração Pública” foi o título dado ao documento, que recolheu mais de 66 mil assinaturas de trabalhadores beneficiários nos diversos serviços públicos a nível nacional.

O que se exige?

A manutenção da ADSE como um direito dos trabalhadores e aposentados da Administração Pública; que os descontos dos trabalhadores e aposentados apenas incidam sobre 12 meses de salários ou pensões; que o desconto mensal seja de 1,5%.

São as três principais reivindicações refletidas neste abaixo-assinado. A urgente contratação de mais trabalhadores para este instituto público, cujo mapa de pessoal está fortemente depauperado, afetando o seu funcionamento e o aumento das participações e o alargamento da rede de prestadores de serviços de saúde, são também exigências de todos os beneficiários.

Quanto aos descontos que os trabalhadores e aposentados da administração pública (AP) efectuam, são realmente inaceitáveis. Estes incidem sobre 14(!) meses, no valor mensal de 3,5%, alteração imposta pelo governo da troika do PSD/CDS.

Os valores pagos pelos beneficiários da ADSE proporcionaram um saldo acumulado no final de 2020 de cerca de 800 milhões de euros, investidos em Títulos do Estado e em depósitos à ordem. A receita dos descontos que financiam a ADSE assume hoje valores que, não só garantem a sua sustentabilidade, como permitem a redução das contribuições dos beneficiários. É por isso possível, e completamente justificável uma revisão do valor do desconto mensal para 1,5% e da sua aplicação apenas a 12 meses no ano.

A ADSE é um direito dos trabalhadores e aposentados da AP, as suas contribuições não podem servir apenas para engrossar os lucros dos grandes grupos privados da saúde e a figurar na coluna das receitas do Orçamento do Estado.

A Frente Comum continuará o caminho de exigência do reforço da ADSE, esclarecendo e envolvendo os trabalhadores nesta luta que é de todos.

Durante os últimos dois meses, o STML continuou a marcar presença nos locais de trabalho da autarquia associados às áreas administrativas e técnicas. Esteve no edifício do Campo Grande e da Alexandre Herculano, também na Praça de Espanha (com os fiscais municipais). Prevê-se contactar os trabalhadores do Complexo Municipal da Boavista (DDS e DMC) e visitar as instalações dos Julgados de Paz.

As muitas dúvidas envolvendo o teletrabalho são para um número considerável de trabalhadores, a maior preocupação, desconhecendo-se nesta fase o porquê dos atrasos da DMRH em disponibilizar a “adenda” que deve enquadrar esta forma de organizar o trabalho. A todos os trabalhadores, o Sindicato esclareceu que a 14 de Março (reunião com o Vice-Presidente) e depois a 23 de Março (por ofício à DMRH), fez chegar a sua posição sobre a proposta de “adenda” apresentada pelos Recursos Humanos. Nada mais há a acrescentar sobre este assunto, cabendo a cada trabalhador solicitar à DMRH/DGRH esclarecimentos adicionais caso pretenda assumir o teletrabalho, sempre em regime misto como a CML propõe.

Por último, na reunião de 19 de Maio com o Vice-Presidente da CML, tendo o STML criticado a morosidade na divulgação da “adenda” pela DMRH, ficou assumido pelo responsável máximo da autarquia em matéria de finanças e recursos humanos, o compromisso em avançar com a divulgação da “adenda” no fim do mês de maio.

Depois de uma leitura atenta da “adenda”, deve cada trabalhador em caso de dúvida solicitar ajuda ao STML se assim o entender. Cá estaremos nesse sentido.



Frente Comum entrega ao 1.º Ministro as reivindicações dos trabalhadores

Decorreu no passado dia 20 de Abril, a entrega ao primeiro ministro da Proposta Reivindicativa Comum (PRC actualizada) para 2022. Esta acção de luta promovida pela Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP) teve lugar junto à residência oficial do 1.º Ministro e contou com a participação de centenas de dirigentes, delegados e activistas dos diversos sindicatos que compõem a Frente Comum, entre os quais o STML.

Relembramos que a PRC/2022 já tinha sido entregue ao anterior Governo em Setembro do ano passado. Contudo, considerando as eleições legislativas de Janeiro que deram origem a um novo Governo (apesar de continuar a ser do PS), as mudanças a nível da orgânica do Governo, nomeadamente a passagem da tutela da Administração Pública (AP) para o Ministério da Presidência, justificou-se uma nova apresentação das reivindicações dos trabalhadores. Como é sabido, os aumentos salariais são a prioridade, mais ainda quando o novo Ministro das Finanças afirma sem qualquer vergonha que não considera oportuno aumentar salários porque poderiam aumentar a inflação.

Não se percebe bem este argumento, até porque a inflação tem vindo a aumentar há vários meses e desconhece-se a existência de qualquer aumento salarial, ou seja, a inflação aumenta por outros motivos que nada têm a ver com os rendimentos de quem trabalha.

Segundo o economista Eugénio Rosa, a “inflação aumentou 1,3% em 2021 segundo o INE e a Tabela Remuneratória da Função Pública não teve qualquer subida em 2021. Em 2022, a Tabela Remuneratória teve um aumento irrisório de 0,9% e os preços (IPC) já aumentaram, entre Março de 2021 e Março de 2022, mais 5,3% segundo o INE. Era justo e necessário que o governo fizesse este ano um ajustamento na Tabela Remuneratória para que os trabalhadores das Administrações Públicas não sofressem mais uma quebra significativa no seu poder de compra a juntar à quebra média de 17% que já sofreram desde 2010 até 2021. Fernando Medina, que considera mais importante reduzir o défice e a dívida, afirmou publicamente que não faria qualquer ajustamento nas remunerações com a justificação absurda de que isso iria causar uma espiral de inflação. Isso é uma pura mentira, há que ter a coragem de o dizer. Em primeiro lugar, porque um ajustamento salarial na Função Pública não determinaria directamente

um aumento de custos para as empresas porque tal ajustamento não entra na formação dos preços das empresas. Em segundo lugar, mesmo que as empresas aumentassem os salários dos seus trabalhadores na proporção da subida dos da Função Pública isso não determinaria uma espiral de inflação, pois os salários apenas representam uma percentagem reduzida da recuperação dos custos através do volume de negócios das empresas.”

Por estes motivos, mais se justifica fazer crescer o caudal da luta por melhores salários, dignificando a vida dos trabalhadores e das suas famílias, destacando aqui a manifestação nacional prevista para 20 de Maio.

Reunião com Ministra da Presidência

Por coincidência ou não, a Frente Comum foi convocada para esse dia, da parte da tarde, para uma reunião de apresentação pela Ministra da Presidência. A reunião previa a apresentação da nova equipa governamental e a audição da Frente Comum quanto às matérias negociais a priorizar. Após a Ministra da Presidência Mariana Vieira da Silva fazer a apresentação da equipa governamental, que contava com a presença da Secretária de Estado Inês Ramires, o Governo elencou de forma genérica a sua posição sobre a AP e quais as matérias em que tem intenção de intervir. A Frente Comum deu a conhecer as prioridades reivindicativas constantes da PRC/2022, reafirmando a urgência do aumento dos salários para todos os trabalhadores, bem como a necessidade de uma verdadeira negociação que dê resposta a todo o documento, priorizando-se, para além dos salários, a correcção da TRU, a revogação do SIADAP, a valorização das carreiras. O Governo comprometeu-se a debater um calendário negocial, logo após a votação do OE/2022. A Frente Comum quis clarificar a posição do Governo sobre a disponibilidade para negociar, desde já, o aumento salarial previsto na proposta de OE/2022, tendo em conta actualização manifestamente insuficiente, de 0,9%, e a perda brutal de poder de compra que se verifica. A Ministra declarou que o Governo não tem intenção de proceder a nenhum aumento intercalar de salários, remetendo a negociação sobre esta matéria para o OE/2023. A reunião terminou, com a entrega à Ministra da Presidência, em mão, da PRC/2022.



A proposta do Governo para o OE/2022, não responde aos principais problemas dos trabalhadores!

OE 2022
ORÇAMENTO DO ESTADO
XXII GOVERNO CONSTITUCIONAL

Numa análise breve à proposta do Orçamento de Estado para 2022 (OE2022), conclui-se que não há resposta às principais reivindicações dos trabalhadores da Administração Pública (AP), não estando previsto qualquer aumento dos salários.

Perante o quadro actual de agravamento da inflação, a que se soma mais de uma década de perda de poder de compra, a reivindicação de aumento geral e imediato dos salários em 90€, ganha ainda maior importância e centralidade.

Na proposta de OE, no que diz respeito à AP, a despesa com a aquisição de serviços a privados – estudos, pareceres, projectos, consultoria, assistência técnica e outros trabalhos especializados – aumenta 990 milhões de euros, enquanto o aumento da despesa com pessoal é de 235 milhões de euros, ou seja 4,2 vezes menos. É a privatização encapotada dos serviços públicos colocando-os dependentes e controlados pelos privados, transformando assim a Administração Pública numa fonte de lucro para os privados à custa do OE.

De referir que a despesa com pessoal contém as progressões nas carreiras. O Governo diz que pretende contratar mais 8.100 funcionários públicos, introduzir o regime de dedicação plena no SNS, tudo isto envolve mais despesa, mas inscreve menos meios financeiros no OE/22 do que em 2021.

Continuam as avultadas rendas pagas aos grandes grupos económicos da saúde, dos transportes e das rodovias, nas chamadas Parcerias Público Privadas (PPP), por serviços essenciais, que deveriam ser assegurados pelo próprio Estado.

No campo dos impostos fiscais, a introdução de dois escalões no IRS, é insuficiente para o alívio de quem vive do rendimento do trabalho necessita, continuando a carga fiscal muito elevada. Em contrapartida as reduções em sede de IRC para as empresas continuam.

Em suma, é um orçamento que limita fortemente a capacidade dos Serviços Públicos e que está muito longe da resposta aos problemas estruturais que o País enfrenta. Não havendo o investimento necessário nos serviços essenciais da Administração Pública, Educação, Saúde, Ação Social, Habitação e Cultura, entre outros. E também serviços públicos de transporte e comunicações.

Não existe qualquer medida estrutural para os trabalhadores, nem para a sua valorização, nem para a melhoria dos serviços. Rejeitando veementemente o caminho de desvalorização salarial e profissional que tem ocorrido, associado à falsa tese de que qualquer actualização poderá contribuir para o aumento da inflação, os trabalhadores continuarão a exigir uma negociação séria e efectiva da Proposta Reivindicativa Comum para 2022, desde já, mobilizando-se para a luta em defesa dos seus direitos, rendimentos e interesses.

Milhares de trabalhadores da Administração Pública saíram à rua a 20 de Maio!

Pela valorização dos salários e reposição dos seus direitos!



A 20 de Maio, respondendo à convocação da Frente Comum dos Sindicatos da administração Pública (FCSAP), que o STML integra, realizou-se uma poderosa manifestação nacional dos trabalhadores do sector público, demonstração inequívoca de uma enorme saturação perante um Governo que prefere optar por desvalorizá-los no que concerne às suas condições de trabalho e de vida.

Com concentração no Marquês de Pombal e deslocação até à Assembleia da República, muitas foram as palavras de ordem que no essencial reivindicaram a recuperação do poder de compra, valorizando nesse sentido, impreterivelmente, os salários, sem esquecer os direitos que o 1º Ministro António Costa prometeu repor depois de terem sido esbulhados no período da troika (aquando do governo PSD/CDS), mas que, até agora, optou por esquecer. Mas outras matérias continuam ainda por resolver, problemas que objectivamente hipotecam o futuro dos trabalhadores e o próprio serviço público e que até agora não mereceram uma atenção séria e responsável por parte do Governo PS.

A manifestação nacional de 20 de Maio justificou-se porque o novo Governo apresentou a proposta de Orçamento do Estado para 2022 (OE/22), prevendo-se a sua votação final na Assembleia da República a 27 de Maio, sem respostas e soluções aos problemas da administração pública e dos seus trabalhadores em particular. Da proposta conhecida, hoje muito longe da tese avançada em Novembro do ano passado por António Costa, ou seja, o “orçamento mais à esquerda desde sempre...”, sabe-se agora, no que concerne às expectativas dos trabalhadores, que nada ou quase nada está a ser considerado no sentido de melhorar a sua vida. Ignora-se sem qualquer pudor, as estonteantes taxas de inflação e a subida ainda maior do preço de bens essenciais, rendas ou combustíveis, já para não referir as despesas

com saúde e educação. Este Governo recusa dar resposta a muitas outras reivindicações, nomeadamente sobre:

- A revisão da Tabela Remuneratória Única (TRU);
- A revogação do SIADAP;
- A revisão das carreiras;
- A identificação e regulamentação das profissões de desgaste rápido;
- A reposição do valor do trabalho suplementar e do descanso compensatório;
- A valorização do subsídio de almoço para 7,5€, mas também de todos os restantes suplementos;
- A diminuição da quotização para a ADSE para 1,5% sobre 12 meses;
- As condições da aposentação.

Perante um Governo autista, que ignora as consequências na vida dos trabalhadores do aumento acelerado do custo de vida, não restou outro caminho que não passasse pela organização e mobilização para a luta. Lutou-se, e continuar-se-á a lutar pelo aumento de 90€ para cada trabalhador, e definição nos 850€ da 1ª posição da TRU. Lutou-se, e continuar-se-á a lutar pelo aumento e valorização de todos os salários, invertendo um caminho de estagnação que dura há mais de uma década!

Lutamos e continuaremos a lutar pelas matérias constantes na Proposta Reivindicativa Comum entregue em Abril. Os trabalhadores da administração pública, em particular os da administração local, não podem continuar a ser ignorados e os seus direitos e expectativas espezinados. Só é possível garantir no presente e para o futuro serviços públicos de qualidade, se os seus trabalhadores forem valorizados, quer em termos dos seus direitos, mas principalmente nos seus rendimentos.

Expressões máximas de liberdade, democracia e luta por um país mais justo!

Com a força do povo, defendeu-se as conquistas de Abril com milhares na Avenida da Liberdade!

Diversas são as tentativas de impor projectos e valores antidemocráticos. Existe quem reitere na arena pública, o fim de uma das maiores conquistas do 25 de Abril de 1974: a Constituição da República Portuguesa (CRP) que enquadra o Estado Social de Direito Democrático. Apesar de protegidos na generalidade, inúmeros são os ataques que são feitos em áreas estratégicas que sustentam estes direitos, como são exemplo as consecutivas alterações ao Código do Trabalho; as limitações no Estado-Providência; a permanência de baixos salários; o reforço do mercado imobiliário, entre outros, que fazem ecoar na casa da democracia uma tendência de debilitar o social, que é de todos, em privilégio do privado, só de alguns.

Conscientes destas ameaças, milhares de pessoas saíram à rua para comemorar o 48.º aniversário em que a liberdade abriu portas à efetivação da CRP, certos de que a sua defesa se faz nas mesmas ruas onde nasceu a Revolução dos Cravos. “25 de Abril sempre, Fascismo nunca Mais” ecoou pela Avenida da Liberdade “na boca de graúdos e miúdos” que, ora não querem regressar a um passado de má memória, ora de uma juventude que, ao aparecer em maioria na avenida, afirma estar pronta a não deixar que a liberdade caia nas rasteiras de antigas demagogias, por mais que se apresentem de “cara nova”. Abril viveu-se em todo o País que em simultâneo saiu à rua, ecoando a uma só voz “Grândola Vila Morena”, recordando que passados 48 anos continua a ser “...o povo quem mais ordena...”.

Do Martim Moniz à Alameda, foram milhares de trabalhadores os que saíram à rua no 1.º de Maio!

Milhares de trabalhadores responderam ao apelo da CGTP-IN, saindo à rua para celebrar a conquista dos seus direitos, num processo que hoje, exige acima de tudo, a sua defesa. A celebração afirma-se importante, não só pelo contexto histórico, mas por demonstrar que a luta pelos direitos não é um processo fechado ao passado, mas sim contínuo e transversal. De facto, não basta os adquirir, é necessário garantir a sua manutenção, sendo neste ponto que todos têm o seu papel de importância.

A celebração do 1.º de Maio torna-se assim mais do que uma homenagem ao passado. É principalmente uma forma de expor publicamente o aumento da precariedade, do desemprego, da falta de condições de trabalho, dos horários desregulados, entre outras malfeitorias, que servem notoriamente um patronato em detrimento do trabalhador. Com esta inegável realidade, milhares de portugueses saíram às ruas do país para reafirmar os seus direitos, com especial relevo à contribuição dos jovens trabalhadores que, mais sujeitos à precariedade, percebem que o futuro que se avizinha é preocupante se baixarem os braços. “A luta é o caminho. Viva o 1.º de Maio!”



Concentração a 27 de Maio junto à Assembleia da República

Culminando um mês intenso de luta iniciado com o 1.º Maio, onde milhares expressaram a sua indignação perante a desvalorização sistemática dos seus direitos e rendimentos, passando por centenas de lutas sectoriais com origem nos locais de trabalho e nas empresas de norte a sul do país, para 27 de Maio a CGTP-IN convoca todos os trabalhadores do sector público e do sector privado, directa ou indirectamente representados pelos seus sindicatos, para uma concentração junto à Assembleia da República no dia em que se vota a proposta do Governo do Orçamento do Estado para 2022. Com concentrações no Rossio (distrito de Lisboa) e na Estrela (distrito de Setúbal), as reivindicações por uma vida melhor confluem para a porta do Parlamento.

Sabendo que este dia de luta não é um fim em si mesmo, abrem-se as portas de Junho ao avolumar da contestação, perspetivando-se em fins de Junho, inícios de Julho, uma grande jornada de luta nacional que exige, acima de tudo, respostas aos problemas dos trabalhadores, cada vez mais penalizados pelo aumento acelerado do custo de vida. Até agora, o Governo de António Costa recusa qualquer aumento intercalar dos salários, quer do sector público, quer do salário mínimo nacional (SMN), associando a imperatividade da revogação da norma da caducidade das convenções colectivas. Só revogando esta norma, é possível garantir a negociação entre representantes dos trabalhadores e as empresas, propositando assim, realmente, alcançar o aumento dos salários médios dos trabalhadores.

Outro caminho que não este será continuar a enganar os portugueses. Quem se esquece das promessas durante a campanha eleitoral de Janeiro sobre o aumento geral dos salários, como uma necessidade urgente, afirmavam os então candidatos a deputados dos partidos (PS-PSD-CDS-IL-CH-PAN) que na Assembleia da República, ao longo dos meses mais recentes, sempre votaram contra as alterações à lei que de facto permitem a referida valorização salarial. De cinismo e hipocrisia, estamos todos fartos! O país não avança com salários de miséria! Os trabalhadores do sector público, há mais de 12 anos sem aumento real dos seus salários, e os do sector privado, cada vez mais condenados aos valores mínimos do SMN, não deixarão de lutar pelo direito a uma vida e um futuro dignos!

Adriano Correia de Oliveira (1942-1982)

“Trova do Vento que Passa”

Poema de Manuel Alegre, imortalizado por Adriano

Pergunto ao vento que passa
notícias do meu país
e o vento cala a desgraça
o vento nada me diz.

E o vento não me diz nada
ninguém diz nada de novo.
Vi minha pátria pregada
nos braços em cruz do povo.

E a noite cresce por dentro
dos homens do meu país.
Peço notícias ao vento
e o vento nada me diz.

Pergunto aos rios que levam
tanto sonho à flor das águas
e os rios não me sossegam
levam sonhos deixam mágoas.

Vi minha pátria na margem
dos rios que vão pró mar
como quem ama a viagem
mas tem sempre de ficar.

Quatro folhas tem o trevo
liberdade quatro sílabas.
Não sabem ler é verdade
aqueles pra quem eu escrevo.

Levam sonhos deixam mágoas
ai rios do meu país
minha pátria à flor das águas
para onde vais? Ninguém diz.

Vi navios a partir
(minha pátria à flor das águas)
vi minha pátria florir
(verdes folhas verdes mágoas).

Mas há sempre uma candeia
dentro da própria desgraça
há sempre alguém que semeia
canções no vento que passa.

Se o verde trevo desfolhas
pede notícias e diz
ao trevo de quatro folhas
que morro por meu país.

Há quem te queira ignorada
e fale pátria em teu nome.
Eu vi-te crucificada
nos braços negros da fome.

Mesmo na noite mais triste
em tempo de servidão
há sempre alguém que resiste
há sempre alguém que diz não.

Pergunto à gente que passa
por que vai de olhos no chão.
Silêncio – é tudo o que tem
quem vive na servidão.

E o vento não me diz nada
só o silêncio persiste.
Vi minha pátria parada
à beira de um rio triste.

Vi florir os verdes ramos
direitos e ao céu voltados.
E a quem gosta de ter amos
vi sempre os ombros curvados.

Ninguém diz nada de novo
se notícias vou pedindo
nas mãos vazias do povo
vi minha pátria florindo.

Celebramos em 2022 os 80 anos do nascimento de Adriano Correia de Oliveira, o compositor, o cantor e o militante antifascista, que da canção fez uma arma contra a ditadura salazarista e, após a revolução de 25 de Abril, uma fonte de inspiração e mobilização do país para a construção de um Portugal democrático, orientado pelos valores da liberdade, da igualdade e da fraternidade.

Nasceu no Porto, a 9 de Abril de 1942, mas foi em Avintes que cresceu e despertou para a música. Gosto que desenvolveu em Coimbra, para onde foi estudar Direito em 1959. Integrou diversas organizações estudantis como a Associação Académica de Coimbra (1959), o Orfeon Académico de Coimbra (1959), o Grupo Universitário de Danças e Cantares Regionais (1960), o Círculo de Iniciação Teatral da Academia de Coimbra (1960) e o Conjunto Ligeiro da Tuna Académica de Coimbra. Simultaneamente, fez-se militante do Partido Comunista Português e foi um dinamizador das lutas travadas pelos estudantes nos anos 60 pela liberdade, pela paz, contra a censura, a repressão, a guerra colonial e a miséria que gangrenava o país.

A balada «A trova do vento que passa», do seu primeiro disco de vinil «Fados de Coimbra», lançado em 1963, é indissociável dessas lutas. Foi cantada por Adriano numa festa de recepção ao caloiro, na Faculdade de Medicina de Lisboa, e arrebatou os estudantes, que fizeram dela um hino do movimento estudantil.

Depois de se estabelecer em Lisboa, em 1966, Adriano Correia destacou-se na canção de intervenção, interpretando poemas de António Aleixo, António Cabral, António Ferreira Guedes, Luís Andrade, Manuel Alegre, Manuel da Fonseca, Reinaldo Ferreira, Urbano Tavares Rodrigues, e músicas de António Portugal, José Afonso, José Nisa, Rui Pato, Luís Cília, entre outros. Concretizada a almejada revolução, Adriano Correia de Oliveira cantou-a por todo o país, a solo ou em conjunto com outros cantores e músicos de Abril.

